

ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, separei na tarde de hoje, em função da discussão sobre os projetos de leis envolvendo os servidores públicos, a movimentação e a posição do PCdoB, mas em virtude dos fatos dos últimos dias também me sinto na obrigação, como presidente estadual do PCdoB, de me reportar a esse episódio envolvendo a participação do vereador licenciado Ricardo Camargo Vieira frente à Comcap, aqui em Florianópolis, para fazer um esclarecimento.

O Partido Comunista do Brasil entende que o PSD, fruto do PFL, que é fruto do DEM, não é o mesmo PSD depois do dia 20 de novembro. É preciso ter sensibilidade histórica para entender que aquele PSD rompeu um ciclo e iniciou um novo ciclo político, que, obviamente, nos aproxima sobremaneira. A primeira tarefa do PCdoB, assim dita na sua conferência estadual, foi a de eleger Dilma Rousseff em Santa Catarina.

Portanto, a vinda do PSD para o projeto de reeleição da presidenta Dilma Rousseff foi saudada, particularmente, por alguns integrantes do PT, que vejo vibrar nas galerias agora, mas também saudada pelo Partido Comunista do Brasil, como um avanço da posição de um partido cuja origem remonta, inclusive, ao apoio da ditadura militar. E, assim, fez uma reflexão histórica e passa a apoiar Dilma Rousseff. Isso muda completamente, mas o nosso *link*, o ponto de comunicação é o projeto de reeleição de Dilma Rousseff.

Neste sentido, temos entabulado conversas que incluiu o presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, e Gilberto Kassab com alguns integrantes de Santa Catarina, tanto do PSD quanto do PCdoB. E reafirmamos essa posição. O PCdoB abriu portas de diálogo com o PSD obviamente em torno do projeto nacional, mas excluiu expressamente participação em governo, seja em Florianópolis, a capital dos catarinenses, seja no estado de Santa Catarina, porque não temos uma história de aproximação neste estado.

Obviamente, não estou falando de pessoas, muitas das quais tenho um profundo respeito, mas estou falando de projetos políticos. O projeto político do PCdoB de Santa Catarina não se comunica com o projeto político do PSD. Essa foi a orientação da direção nacional. Quando o prefeito Cesar Souza Júnior do PSD fez um convite ao vereador Ricardo para que ingressasse no governo, esse tema foi debatido na direção municipal no dia 4 de novembro e no mesmo dia dissemos que não participaríamos de governo.

É claro que toda a decisão política é vigente até a próxima decisão política. Ninguém disse que nunca, jamais ou em tempo algum, mas dissemos que neste momento o PCdoB não participará do governo de Cesar Souza Júnior. Para nossa surpresa a movimentação do vereador Ricardo Camargo Vieira contrariou a decisão partidária e isso foi objeto de discussão da reunião da direção estadual do PCdoB no último sábado nesta Assembleia Legislativa, porque o que acontece em Florianópolis reverbera no estado inteiro e reafirmamos essa posição.

O PCdoB abre pontes de diálogo com o PSD, assim como sempre teve com o PT, como teve com o PDT, como teve na última eleição com o PR. Nós discutimos com os partidos que apóiam a Dilma Rousseff, no âmbito nacional, no campo do projeto de reeleição, de dar essa quarta vitória que colocou o povo num outro patamar dentro da história.

Estamos felizes com a vinda do PSD para esse projeto, mas não há nenhuma disposição do Partido Comunista do Brasil em Santa Catarina de fazer parte do governo do PSD - e essa foi a orientação do partido em nível nacional, estadual e municipal, da qual o vereador Ricardo Vieira presidia, mas deixou de presidir em função de ter assumido a Comcap -, pois as decisões são uniformes no sentido de que não haverá participação do PCdoB em nenhuma instância de governo em Santa Catarina relacionada ao PSD.

É preciso dizer, no entanto, que o vereador assumiu a Comcap, digo novamente, à revelia do partido, contrariando a orientação do partido e, por isso, foi instaurado o procedimento disciplinar que chamamos de Comissão de Controle - outros partidos chamam de comissão de Ética -, para que, formalmente, o vereador tenha direito à ampla defesa, mas que seja amplamente dito que no PCdoB a questão da disciplina partidária é um elemento sagrado. No PCdoB o centralismo democrático não é discurso, para nós é uma forma de dizer que dentro do PCdoB somos todos iguais. E a partir do momento que um decide agir contra o

que o coletivo partidário decidiu, passa a se submeter às sanções estatutárias, que estão previstas depois de 91 anos de história do Partido Comunista do Brasil.

Em grandes momentos da história o centralismo democrático foi o que garantiu a sobrevivência física, inclusive, de dirigentes nossos, e as quebras de disciplina partidária, mataram dirigentes nossos. Por isso, somos absolutamente inflexíveis com isso, seja de quem for, oriundo de quem vier, de que grau de participação tiver, ninguém está acima do partido, ninguém está acima do estatuto dentro do PCdoB.

Portanto, reafirmamos que o Partido Comunista do Brasil não participa do governo Cesar Souza Júnior, não participará do governo Raimundo Colombo, e que nós temos convicção de que é preciso tratar na forma estatutária o acontecido relacionado aqui com o vereador de Florianópolis, que agora, repito, agora não é mais o presidente do municipal do partido.

Mas uso a tribuna como deputada para dizer que me causou grande perplexidade o ato do vereador e o ato do PSD, porque se por um lado suas lideranças fazem o grande esforço para abrir diálogo com o PCdoB; por outro lado, também provocam um ato que obviamente nos afasta, desconstrói o pouco de relação de confiança que tínhamos construído nos últimos tempos, quando o PSD deu essa guinada rumo à reeleição de Dilma Rousseff. Isso para nós é um lamento, gastamos horas desnecessárias, pois o PSD nos seus movimentos ambíguos acabou dispondo e tomando um tempo que nenhum de nós tínhamos, pois o PCdoB é um partido de unidade, e vai tratar com rigor estatutário todas as quebras de unidades.

Gostaria de dizer, ainda, que lançamos nota, à guisa de esclarecer a contradição que há no próprio PCdoB sobre minimamente iniciar conversa com o PSD. Eu, particularmente, subscrevi em nome da direção estadual do PCdoB, uma nota saudando a vinda do PSD ao projeto de reeleição de Dilma Rousseff.

Portanto, não temos compromisso nenhum com os que falam de ruptura de diálogo, ao contrário, buscamos ver esse novo tempo. As velhas práticas de discursos divorciados e de ações acabaram contaminando isso. Brinquei com o deputado Dirceu Dresch há pouco e ele dizia que temos um problemão, mas, problemas para uns, solução para outros; e isso, obviamente, reaproxima ainda mais esse partido que é, inclusive, o partido com quem coligados e elegemos pela primeira vez uma cadeira na Assembleia Legislativa e com quem temos uma relação de proximidade, não eleitoral, mas programática desde 1986 com a eleição de Luiza Erundina em São Paulo. De lá para cá, como o próprio Lula gosta de dizer, o PCdoB é o único partido que apoiou Lula e Dilma em todas as eleições.

Talvez, esses momentos também nos ajudem, deputada Ana Paula Lima, a lembrar quem é amigo de plantão e quem é companheiro de luta. Isso nos ajuda mais ainda a lembrar com clareza que a história precisa de tempo para que se consolidem relações de confiança e, principalmente, uma construção da magnitude, pois somos todos copartícipes da construção que o Brasil fez nos últimos dez anos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os companheiros e quero fazer a minha saudação solidária ao deputado Romildo Titon, aqui desta Casa, pela postura contundente e diria até autoritária adotada no procedimento neste final de semana, em que prenderam um conjunto de prefeitos, secretários e outros, e o colocaram no meio.

Faço essa minha postura de solidariedade, primeiramente, porque os poderes têm que ter respeito entre si; em segundo lugar, porque o deputado Romildo Titon representa uma instituição enquanto deputado representante público; e em terceiro lugar, pela forma desrespeitosa que foi

tratado, tendo em vista que aqui conhecemos a sua conduta, a sua postura e o seu comportamento.

Então, quero aqui manifestar publicamente minha solidariedade ao Deputado Romildo Titon e à família dele dizendo que cada eleitor que votou nele pode ter absolutamente convicção de que tem o seu voto foi honrado pelo fato de ele ser um homem de bem, é um deputado que nos representará assumindo a Presidência desta Casa no ano que vem.

Quero agradecer ao deputado Jorge Teixeira que ontem se pronunciou, desta tribuna, favorável ao projeto de lei que prevê a redução do duodécimo, do dinheiro que vem para a Assembleia Legislativa.

O dr. Jorge é uma figura que na Frente dos hospitais, juntamente como deputado José Milton Scheffer, está ajudando a construir esse caminho de racionalidade econômica e de aplicação do dinheiro público.

Quero aqui agradecer o deputado Sargento Amauri Soares que na comissão de Constituição e Justiça ontem defendeu publicamente, juntamente com a nossa deputada Ana Paula Lima, a importância de esse projeto caminhar e ser discutido na comissão de Finanças e Tributação para ganharmos tempo.

Hoje os jornais têm a manifestação da FIESC - da Federação da Indústria e Comércio de Santa Catarina - em que o presidente reforça a importância da mudança na distribuição de verbas do ofício do governo.

Aqui ainda, deputado dr. Jorge Teixeira, o presidente defende que se desvincule o percentual do Orçamento, e não apenas reduza, mas que faça uma desvinculação porque essas entidades, a medida que cresce a economia, não significa que cresce o trabalho deles, como já provamos que não cresceu nos últimos cinco anos do Ministério Público.

Estou fazendo este debate porque a sociedade catarinense cobrou. Foi feita uma pesquisa no alto vale, deputados Jorge Teixeira e Ismael dos Santos, na região de Itaiópolis, no vale norte, perguntando para a sociedade, com quase mil entrevistas na rádio, o que eles achavam do projeto e quanto mais pobre a comunidade, quanto

menor a assistência médica; maior o índice de aprovação da aplicação desses recursos na Saúde.

Por isso é importante esse carimbo na saúde. E vamos continuar trilhando dr. Jorge, essa caminhada em prol da cidadania do estado catarinense. Esse não é mais um projeto somente de minha autoria, mas de cada cidadão, de cada entidade, da federação dos hospitais.

Ontem saiu uma carta assinada pela Associação dos Hospitais, pela Federação dos Hospitais, pedindo para que a sociedade mantenha contato com o deputado Darci de Matos, para que encaminhem documentos e telegramas pedindo que ele mande esse projeto na próxima terça-feira. Já é compromisso do deputado Darci de Matos levar na próxima semana o projeto para a comissão de Constituição e Justiça novamente, porém, teremos apenas duas semanas para discuti-lo.

O próprio governo tem clareza de que esse não é um projeto inconstitucional, porque os artigos 140 e 141 saíram desta Casa, e não estamos gerando despesas para o governo, mas criando um orçamento para o Executivo, que até então não havia, num realinhamento de recursos dentro de uma racionalidade humana, em decorrência da importância de se defender uma causa que é nobre, para dar aos 188 hospitais filantrópicos e aos hospitais públicos de Santa Catarina, uma maior capacidade de investimentos.

Quero cumprimentar o deputado Serafim Venzon pela sua emenda e pelo substitutivo, porque racionalizou muito, mesmo que haja algumas críticas, temos que entender que significou avanços à medida que um terço desses recursos será para investimentos em hospitais públicos, e só em Santa Catarina nesse período de 2013, se fossemos comparar teríamos R\$ 110 milhões para investimentos em hospitais. O estado em 2013 não investirá esse montante nos hospitais catarinenses.

Temos que nos dedicar dia e noite a este projeto para que semana que vem ele seja aprovado na comissão de Constituição e Justiça. Vamos fazer um esforço na comissão de Finanças e Tributação,

para, quem sabe, as duas comissões se unam e tomem uma posição numa reunião conjunta para que esse projeto seja encaminhado com urgência.

Quero saudar o dr. Nelson Schaefer Martins, que acabou de ser eleito presidente do Tribunal de Justiça, a partir do mês de fevereiro de 2014, foi eleito com 90% dos votos, uma figura de conversa, de boa linhagem no ponto de vista do debate, e que, com certeza, ajudará a ampliar o debate dessa discussão. E já estamos marcando uma audiência com o novo presidente para debater a essência desse projeto. Todos nós estamos convictos que sobra dinheiro nessas instituições!

Nós temos no Tribunal de Contas do Estado, na Assembleia Legislativa, no Tribunal de Justiça e no Ministério Público em Santa Catarina os maiores percentuais *per capita* de distribuição de recursos do Brasil, e se a Assembleia Legislativa faz essa devolução, poderemos carimbar esses recursos numa causa definida para que, independentemente dos governos que venham, esses recursos estarão garantidos em orçamento para a sustentação, o desenvolvimento e custeio dos hospitais de Santa Catarina.

Por isso, presidente, meu querido deputado Padre Pedro Baldissera, temos feito esse debate na Mesa Diretora desta Casa. Tivemos hoje uma reunião com o presidente, deputado Joares Ponticelli, onde novamente reiteramos a importância da discussão para que possamos fazer evoluir esse projeto, que é de extrema importância, não apenas para Santa Catarina, mas para exemplificar que no país pode-se mudar muito, tanto que já decidi que no recesso, deputado Padre Pedro Baldissera, vou fazer um levantamento dos recursos dos Ministérios Públicos do Brasil. Não tenho 60 dias de férias como eles têm, mas temos alguns dias.

E ano que vem vamos apresentar os orçamentos nos portais dos principais estados catarinenses, fazendo comparativo inclusive dos pagamentos extratetos constitucionais. Vou verificar quantos ministérios possuem penduricalhos e extras nos seus salários, porque uma das preocupações que colocamos na Mesa Diretora, presidente Padre Pedro

Baldissera, é estabelecer no final do ano o teto constitucional. E quando um funcionário sai de um poder e vem para outro, por exemplo? Quando vem para cá representantes da Polícia Militar e que normalmente aumentam os níveis do teto salarial? Eles duplicarão o teto? Quem será o delegado que terá outras atividades? E terão salários acima do teto também? Temos, então, que garantir o teto constitucional nessa lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero, deputado Jailson Lima, também empenhar meu apoio a esse projeto, ontem não pude estar na comissão de Constituição e Justiça, mas há a informação de que o deputado Sargento Amauri Soares puxou a discussão e, juntamente com a deputada Ana Paula Lima, apoiou esse projeto. Isso é fundamental!

Quero parabenizar o deputado Jailson Lima por trazer esse tema também para a Saúde. E no encaminhamento que se propõem no projeto com certeza a sociedade catarinense nos ajuda nesta construção e no apoio a esta luta. E quero dizer, na mesma linha, que precisamos distribuir melhor os recursos públicos também no nosso estado. Por isso, temos uma posição clara contra a PEC que aqui propõe o aumento do teto dos servidores estaduais.

Achamos que o serviço público tem que funcionar e temos que melhorar a renda mais baixa dos trabalhadores catarinenses que atendem nossa população. Por isso, essa grande luta por uma isonomia, uma política salarial também dos servidores públicos e dos servidores catarinenses.

Estou ocupando esse espaço em Explicação Pessoal para dizer que está muito bem encaminhado e noticiado um acordo do reajuste do piso salarial catarinense, que é uma política importante, talvez um dos projetos mais importantes aprovados nesses

anos por esta Casa, que é o piso mínimo catarinense. Então, a média do aumento pode ficar em torno de 9,20%, enquanto tivemos uma inflação estimada neste ano de 5.29%.

Quero parabenizar a organização dos trabalhadores, dos próprios empresários e das federações patronais, que estão sentando e fechando esse acordo. Então, teríamos aí no mínimo o piso catarinense em R\$ 835,00, a faixa mais baixa e de R\$ 957,00 da última faixa, ou seja, houve, então, uma recuperação. E o nosso salário mínimo nacional já está sendo anunciado por R\$ 722,00 para o próximo ano.

Esta é uma reivindicação antiga dos trabalhadores e esperamos que possamos terminar o ano já com a lei do piso salarial aprovada nesta Casa para que os trabalhadores possam se programar para o ano que vem, nas suas despesas de Natal e de final do ano.

Esperamos que o Executivo consiga encaminhar esse projeto para aprová-lo ainda este ano, antes de fechar o ano, como também o piso mínimo para o ano que vem.

Quero também trazer uma informação de uma luta nossa, importante, que é a ampliação dos armazéns da Conab. E nós temos nesse sentido uma notícia fundamental: hoje está acontecendo em Brasília, na sede central do Banco do Brasil, que vai coordenar todo esse processo, a construção das novas obras dos armazéns da Conab no Brasil. E Santa Catarina vai ser beneficiada por um armazém muito grande também no oeste do estado, mais precisamente na cidade de Xanxerê.

Então, hoje será feita a licitação do projeto técnico-ambiental e econômico dessa grande obra e no dia 10 de dezembro, na próxima terça-feira, ocorrerá a reunião do conselho da Conab, ocasião em que será aprovado o projeto de repasse do terreno de Xanxerê, para a Conab poder construir a obra em cima daquele terreno cedido pela cooperativa Aurora, onde será construído o armazém da Conab de Santa Catarina, que fará o depósito e a armazenagem dos produtos, especialmente de grãos para os agricultores e

produtores, principalmente, do oeste catarinense. Uma conquista, com certeza, esperada há muito tempo pelos agricultores da região.

Então, temos essa decisão do governo federal, da presidente Dilma Rousseff, da Conab e do próprio ministério da Agricultura em voltar a investir mais em construção de armazéns, já que o nosso país sofreu uma intervenção muito forte nos anos 90, especialmente no governo Collor e no governo de Fernando Henrique Cardoso, os quais privatizaram em torno de 500 armazéns públicos no Brasil, e hoje o país não tem mais armazéns. Assim sendo, estamos com essa decisão política de reconstruir esses armazéns.

A reunião do conselho da Conab precisa aprovar o aceite desse terreno, para incorporar a estrutura da Conab e construir a sede, a estrutura do armazém no município de Xanxerê.

Além disso, temos discutido durante esse último período um tema que vem preocupando muito os agricultores no estado de Santa Catarina. Devido a vários problemas sanitários, estão sendo sacrificados animais, principalmente vacas de leite da nossa agricultura familiar, no estado. E os agricultores já perderam esses animais que foram sacrificados nos meses de março e de abril deste ano e ainda não receberam o pagamento.

Por isso fizemos aqui uma ação no sentido de reivindicar junto à secretaria da Agricultura e ao governo do estado o pagamento desses animais. Fizemos, inclusive, um pedido de informação que recebemos agora a resposta. Então, veio hoje a informação de que o estado vai pagar esses animais nos próximos dias.

Esperamos que isso de fato se concretize, pois os nossos agricultores, além de não terem mais o leite para vender, devido a problemas sanitários, perderam essa fonte de renda e agora não estão recebendo o pagamento desses animais que foram sacrificados, já que em Santa Catarina temos o fundo de indenização dos agricultores que perdem os seus animais.

Então, esperamos de fato que o estado cumpra esse compromisso, pague esses animais, para que os

nossos agricultores, essas famílias, antes do final do ano, tenham um pouquinho mais de tranquilidade, já que deixaram de receber o dinheiro mensal do leite que é vendido nas propriedades da agricultura familiar.

Sr. presidente, eram essas as questões registradas no Parlamento desta tribuna no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas quero cumprimentar e parabenizar os vereadores que hoje prestigiam esta Casa pela abertura, nesta manhã, do Congresso estadual da Uvesc, que contou com a presença de 500 vereadores.

São quase cinco mil vereadores no estado de Santa Catarina nessa árdua, difícil, mas gloriosa missão de fiscalizar o erário público e fazer o meio de campo com o Executivo municipal.

Aproveito para cumprimentar também os nossos colegas de Criciúma que visitam esta Casa: o meu amigo Diógenes, coordenador de gabinete naquela cidade, e o Aldemir e a sua esposa que vieram de Belém do Pará e radicaram-se em Santa Catarina. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, na mesma esteira do deputado Ismael dos Santos, também quero parabenizar os srs. vereadores pelo seu trabalho e dizer que estão aqui no dia de hoje reunidos num número bastante grande.

Há pouco o presidente esteve lá dando uma palestra e quero deixar aqui, em meu nome e em nome dos demais companheiros, o meu forte abraço a todos os vereadores que no dia de hoje estão na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero agradecer pela oportunidade de, nesta tarde de quarta-feira, poder falar em nome do Partido dos Trabalhadores.

Eu quero também, a exemplo dos demais deputados, registrar o grande encontro dos vereadores de Santa Catarina que acontece nesta Casa - a abertura foi hoje pela manhã e nós estivemos presentes. Mais de 500 vereadores de todo estado estão aqui nesta Casa.

Então, em nome do nosso partido, queremos cumprimentar todas as lideranças municipais. E nós vimos a seriedade do trabalho e, inclusive, a participação dos vereadores nos debates. Isto é fundamental, porque a presença dos vereadores nos debates é, com certeza, de grande importância para a sua vida, a sua caminhada e a sua atuação nos municípios.

Portanto, quero parabenizar a Uvesc pela organização do encontro e também pelos temas em debate no encontro, como hoje de manhã o tema da abertura foi a reforma política. Este é um tema que envolve todos nós, políticos brasileiros, e especialmente também os vereadores e as vereadoras do nosso estado e do nosso Brasil.

Então, que possam nos ajudar a discutir e refletir sobre este tema: que projeto, que política, que estrutura organizativa queremos de fato para as eleições poderem representar o pensamento, a ideologia e a estratégia da sociedade brasileira? E não representar o poder

econômico que traz uma perspectiva antidemocrática às nossas eleições.

Infelizmente, cada vez mais o poder econômico manda na política brasileira. E por isso não temos dúvida de que a reforma política é o caminho mais concreto de diminuirmos o processo de corrupção neste nosso país. Porque, como diz o nosso líder, o deputado Henrique Fontana, que se tem dedicado muito a esse debate da reforma política no Brasil, o vínculo do financiamento privado nas campanhas eleitorais e a combinação de grandes empresas... E agora na tal da minirreforma política, deputada Luciane Carminatti, eles querem permitir mais ainda que as empresas que têm vínculo de licitações possam financiar campanhas. Isto está justamente na contramão do que estamos defendendo. Porque nós defendemos, cada vez mais, a retirada do poder econômico das campanhas. E aí vamos ser muito claros entre nós: grande parte do poder econômico, deputado Jorge Teixeira, investe nas eleições para depois tirar. Faz um investimento nos candidatos para depois se beneficiar de obras enquanto empresa e tal.

Temos que trabalhar numa perspectiva, sim, de financiamento público de campanha. Grande parte da sociedade brasileira, hoje, ainda tem dúvidas sobre isso. Dizem: "Ah, vão pegar dinheiro público para financiar as campanhas!" E digo a nossa dona de casa, a pessoa trabalhadora que está acompanhando esse debate que, lamentavelmente, hoje é justamente o dinheiro público que financia as campanhas, mas é grande parte do dinheiro público sujo, de caixa dois, de esquemas que financia as nossas campanhas eleitorais.

Então, a sociedade está pagando por isso, vamos legalizar, vamos organizar isso, vamos dar condições iguais para todas as pessoas poderem participar do processo eleitoral. Ou seja, vamos dar condições para um trabalhador ou um grande empresário participar das eleições de forma igualitária. Hoje a forma de participação é muito injusta! Não vejo como um trabalhador assalariado pode ser candidato a deputado federal, estadual ou a vereador.

Então, há um vínculo direto do financiamento das campanhas e do poder econômico, do que se gasta numa campanha eleitoral. Quem não tem dinheiro não pode gastar, já vai gastar pouco e terá dificuldade para se eleger.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Dirceu Dresch, parabéns pela temática, de fato a proposta hoje de abertura do Congresso da Uvesc é mais do que importante e esse tem sido um debate insistente e intenso aqui nesta Casa. Eu quero concordar em parte com a sua proposição da questão do financiamento da campanha.

Mas olhando por outro viés, sobre a proposta da OAB, apresentada hoje aos vereadores, quero apresentar a minha posição contrária no que diz respeito à proposta do voto em lista fechado porque entendo que os partidos vão se tornar balcão de negócios, sim.

A partir do momento em que cabe ao partido fazer a indicação de quem será o número um, dois, ou o três, desta lista, a proposta da OAB torna-se um pouco esdrúxula, fazendo em dois turnos as eleições, parece-me fora de contexto. Precisamos, de fato, reavaliar essa perspectiva, embora haja a necessidade de uma reforma política para que possamos dar continuidade as demais reformas desse país.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço ao deputado Ismael dos Santos pelo aparte e quero também colocar o meu ponto de vista sobre a questão de lista. Falei aqui do financiamento, mas também precisamos melhorar a credibilidade e a representatividade dos nossos partidos políticos. A democracia não sobrevive sem partidos fortes. Como vamos fazer a indicação em voto em lista? Eu concordo com o voto em lista, agora, tenho dúvida se tem que ser fechada ou parcial em lista. As pessoas votam em lista e também no nome, entendemos que precisamos fazer a mudança também nesta questão do fortalecimento dos partidos.

Então, concordamos com o voto em lista, mas precisamos de uma reforma também dos partidos políticos, para acabar com a forma antidemocrática que muitos partidos hoje funcionam. De fato a lista é um problema, agora, precisamos democratizar os partidos.

Quero aqui terminar essa discussão parabenizando o debate das entidades. Finalmente, as entidades no Brasil estão se organizando e a OAB é uma delas que está discutindo essa questão da reforma política.

Queremos também registrar aqui e trazer mais uma vez presente o grande programa do governo federal, do governo Dilma Rousseff juntamente ao ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o auxílio de três máquinas aos nossos municípios. E na próxima sexta-feira, vamos ter mais um ato no município de São Domingos, onde serão entregues 41 motoniveladoras às prefeituras municipais no nosso estado, e de 50 caminhões-caçambas.

Então, é mais uma conquista para 40 municípios que vão receber para ajudar a desenvolver, especialmente, a nossa agricultura familiar, porque são os médios e pequenos municípios dos 269 municípios de Santa Catarina que vão receber estas três máquinas.

Então, é um momento especial para esses municípios, como disseram vários prefeitos nesses últimos dias, porque isso pode ajudar muito a desenvolver o meio rural, é um auxílio do governo federal para os municípios com menos de 50 mil habitantes, uma luta dos municípios, dos prefeitos, das prefeitas, dos movimentos sociais do meio rural para termos um programa igual a esse, inédito no nosso país, onde tantos municípios vão receber esses equipamentos e na próxima sexta-feira mais um grande ato no município de São Domingos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

- Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência registra e agradece a presença do nosso desembargador Nelson Schaefer,

que acaba de ser eleito presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para o biênio de 2014/2015.

V.Exa., desembargador, ao comparecer a este Parlamento logo após a sua eleição, demonstra o respeito, o carinho que sempre dispensou para com esta Casa.

E quero informar aos senhores deputados que este poder teve o privilégio de contar com o Nelson Schaefer como servidor concursado, de carreira. Durante seis anos o desembargador prestou serviços, bons serviços a este Poder. Mas quero já retransmitir o convite que o presidente veio nos fazer, para no dia 31 de janeiro, às 18h, v.exas. programarem as suas agendas para que todos compareçamos ao Tribunal de Justiça prestigiando a posse do nosso querido amigo, amigo desta Casa, amigo dos parlamentares, o nosso futuro presidente Nelson Scheffer.

Seja muito bem vindo, sinta-se bem em nosso meio e parabéns em nome dos 40 parlamentares pela grandiosa e inquestionável vitória. Muito sucesso na sua gestão juntamente com os demais companheiros que vão compor a sua diretoria.

Um abraço forte em nome do Parlamento Catarinense.

(Palmas)

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

(Pausa)

Não havendo oradores do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra, a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, vou usar a tribuna novamente, na tarde de hoje, para trazer o tema relativo ao prazo que o governo do estado descumpriu no que diz respeito às reformas emergenciais e a determinação, pelo do Poder Judiciário, do fechamento de seis escolas no

município de Palhoça, deixando seis mil alunos sem aula em Palhoça!

O problema, senhores, é que faltam 18 dias para o encerramento do ano letivo e foi justamente clara a falta de segurança que levou o Ministério Público a pedir a interdição dessas escolas. Nenhuma delas possui sistema preventivo de incêndio, extintores, luminárias de emergência e alvará sanitário. Infelizmente, o estado de Santa Catarina não cumpriu com os prazos estipulados no dia 28 de novembro, de 48 horas para sanar as irregularidades mais prementes.

Digo isso porque temos na Escola Básica Professora Nicolina Tancredo, no Alto Aririú, 150 alunos sem aula.

Na Escola Estadual Urbana Benonívio João Martins, no Brejaru, são 1.100 alunos sem aula; na Escola de Educação Básica Senador Renato Ramos da Silva, em Barra do Aririú, são 1.100 também sem aula; na Escola de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Souza, em Pachecos, são 803 alunos sem aula; no Colégio Estadual Ivo Silveira, no centro, são 1.800 alunos sem aula; na Escola Estadual de Educação Básica Padre Vicente Ferreira Cordeiro, na Pinheira, são 642 alunos sem aula.

As medidas requisitadas foram: instalação de sistema preventivo por extintor de incêndio, que obviamente não demanda tanto problema assim; a instalação de sistema de iluminação de emergência em corredores em sala de aula; a instalação de sistema de abandono de local; a abertura de ventilação permanente na cozinha e manutenção da rede elétrica.

Srs. deputados, são seis escolas da rede estadual que estão sem aula. São seis mil alunos na Grande Florianópolis, portanto, sem aula, o que nos enche, claro, de espanto porque, afinal, o Judiciário Catarinense a 18 dias de concluir o ano letivo fecha as escolas.

Acho que o sentimento de senso comum que pairou em várias falas, em vários pais, em várias mães é: "Deixa terminar o ano letivo e depois a gente vê!" Acontece que o governo do estado modificou, de novo, no dia 28 de novembro, o prazo

de 48 horas para sanar essas irregularidades, pelo menos as mais urgentes, mas não se iniciou absolutamente nada.

Eu fiquei surpresa com a decisão da Justiça, pois faltavam apenas 18 dias de aula para fechar as escolas e deixou seis mil alunos sem aula, sabem por quê? Porque o governo depois de ter dado o prazo de 48 horas, não fez absolutamente nada.

Portanto, é corresponsabilidade nossa no estado de Santa Catarina, dos agentes públicos que essas escolas estejam fechadas. Vocês imaginem os pais e as mães da rede pública estadual em Palhoça a situação em que vivem sabendo que os seus filhos não concluirão o ano letivo, repito, faltando um pouco mais de duas semanas?

Eu tirei da internet uma matéria do jornal *Hora* de Santa Catarina dizendo que visitou cinco das escolas interditadas e constatou-se que em duas havia movimentação de operários. Apenas em duas!

Portanto, a fala do PCdoB, no dia de hoje, é lamentar que o governo do estado não tenha empenhado seus esforços para garantir que esses alunos tivessem o seu ano letivo garantido. É uma pena que o Judiciário se mexeu num momento que coincidiu com final de ano, mas não havia possibilidade diferente.

A vida daqueles jovens, daquelas crianças estava em risco, e o governo do estado alertado em nada se movimentou, mas não cabia ao Judiciário outra possibilidade que não fosse de tomar essa decisão. Talvez assim, talvez com esse susto, consigamos agora, de fato, chamar a atenção para aquele estado de coisas e mudar a questão das escolas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra.

(Pausa)

O sr. deputado Nilson Gonçalves estava inscrito para usar o horário do PSDB, mas não ouviu quando esta Presidência fez a chamada, portanto, concedo a palavra, por até dez minutos, do horário do PSDB, ao eminente deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, autoridades que visitam esta Casa no dia de hoje, que muito nos honra. Desejamos ao novo presidente do Tribunal de Justiça que tenha pleno êxito nas suas novas funções naquela Casa.

Sr. presidente, srs. deputados, temos vários assuntos a tratar neste momento aqui na Casa, antes, porém, gostaria de dar as boas-vindas, mais uma vez, aos srs. vereadores da Uvesc, que estão em conferência aqui nesta Casa, em um número extremamente expressivo, mostrando a força desses legisladores em nível de estado, que aqui estão colhendo subsídios através deste trabalho, desta reunião levando para os seus municípios mais conhecimento e novas ideias. A eles o nosso abraço, o nosso carinho e o nosso respeito.

Quero também, sr. presidente, cumprimentar um grupo de 45 senhoras que vieram de Joinville, capitaneadas pela minha esposa, Izabel, e também pela minha assessora política, Angélica, coroadas por um trabalho feito durante todo o ano. Elas são líderes comunitárias, pessoas que trabalham muito nas comunidades de Joinville e que, neste fechamento de ano, vieram até Florianópolis para passar um dia diferente nesta Casa.

Por isso, meu carinho, meu respeito e meu grande afetivo abraço a cada uma dessas senhoras que estão aqui no dia de hoje e também um abraço especial a minha esposa que, mesmo não sendo funcionária da Assembleia, dedica-se diuturnamente ao trabalho comunitário, assessorando também o seu marido.

Sr. presidente, quero citar aqui, como advogado que sou - em que pese não ser atuante, mas ao tempo que eu ainda atuava como advogado tive a oportunidade de trabalhar pelo menos durante quatro a cinco anos -, essa questão dos recebimentos junto ao governo do estado. E nós tivemos agora nesta semana, no dia 2 de dezembro, que acabou entrando para a história da advocacia catarinense, com o centro de eventos lotado, a quitação da dívida estadual com a Defensoria Dativa, formalizada pelo governador Raimundo Colombo e o presidente da OAB, Tullo Cavallazzi.

Era um problema que se arrastava há décadas e já estava em R\$ 40 milhões a primeira parcela, que foi depositada antes da assinatura do ato, o restante vai ser pago em seis parcelas de R\$ 10 milhões cada uma.

O governador do estado esteve nesta semana, por duas vezes, no norte do estado. Na primeira vez não tive a oportunidade de estar presente, quando a presidenta Dilma Rousseff e o governador estiveram no Porto de São Francisco. E vimos com muita alegria muitos prefeitos da região de cidades pequenas felizes por terem recebido maquinário que certamente vai ajudá-los nas suas tarefas do dia a dia.

Sou oposição ao governo, sou PSDB, mas entendo que devemos elogiar aquilo que é bom para as nossas comunidades. E essa iniciativa de passar maquinário para pequenas cidades, que para uma cidade grande não significaria muito coisa foi muito importante.

Tivemos a oportunidade, na segunda-feira, de estar com o governador em Joinville. Tenho seis mandatos consecutivos. Fui vereador, estou no quarto mandato como deputado e em todos os mandatos em que tenho atuado, tanto na câmara de

vereadores como nesta Assembleia, tenho lutado muito pela questão da segurança pública e, dentro do meu limite, faço tudo o que posso para melhorar a questão da segurança pública, não apenas de Joinville, como também da minha região.

Pela primeira vez testemunhei uma entrega de veículos realmente grande. Eram 170 viaturas. No anoitecer, com as lâmpadas vermelhas das viaturas piscando, parecia um grande enfeite de Natal. Fiquei impressionado porque foram 170 viaturas e destas, 92 foram para Joinville, para os setores de Polícia Civil e Militar e, certamente, irão ajudar no combate ao banditismo que prolifera assustadoramente todo o estado.

Mas isso não é suficiente. Também conseguimos equipamentos para a Polícia Civil na ordem de quase R\$ 400 mil, que são computadores e outros equipamentos utilizados pela polícia. Temos conseguido com o governo do estado outros equipamentos necessários à segurança, mas, repito, mesmo se tivermos o dobro de policiais militares e civis não resolveremos a questão da segurança, porque prendem-se os assaltantes, mas eles entram por uma porta e praticamente saem por outra. É impressionante o número de pessoas que são presas e o número que ficam na cadeia, o que acaba estimulando o aumento cada vez maior de bandidos.

Fazemos a nossa parte, mas o que se precisa é alterar o código civil no Congresso Nacional de maneira substancial para que o Judiciário possa fazer o seu papel. O Juiz atende o que a lei prevê e não resolve as coisas da cabeça dele, Um juiz não manda o sujeito sair da cadeia porque ele quer, mas porque o advogado vai lá e mostra a lei.

O advogado vai lá e faz a sua defesa e diz: "Excelência, meu cliente não pode ficar preso tendo em vista o artigo tal e tal."

E o juiz libera porque não tem alternativa, tem que cumprir a lei.

O que está errado é o nosso Código Penal, que é arcaico, antigo e não atende mais os nossos tempos modernos. O Código Civil é que está errado, e precisa ser mudado lá no Congresso Nacional. Essa que é a grande verdade!

Trarei outros assuntos para discutir em outra oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Ainda dentro do horário reservado as Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAl, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Falo no horário do nosso partido, do PMDB, para discorrer sobre alguns assuntos, como líder, e um dos quais se refere ao encaminhamento, juntamente às comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação; Segurança Pública e a de Trabalho, Administração e Serviço Público, da gratificação de atividade fazendária, que mexe com o Estatuto dos Servidores Públicos e com algumas leis de interesse do servidor público estadual, mais de 25 mil, que estão sendo diretamente atingidos por esses projetos, que estão tramitando nas comissões desta Casa. Evidentemente, dentro desse contexto e desse número de pessoas, logicamente, não estamos conseguindo atender, digamos na sua satisfação plena, todos os 25 mil servidores, mas quero reconhecer, na condição de líder do governo, o empenho do secretário Antônio Gavazzoni, do secretário Nelson Serpa, do governador e do vice-governador, com quem temos tratado muitos assuntos referentes a esses projetos que tramitam nesta Casa.

Quero dizer que estamos numa maratona sem fim, começando reuniões das 6h até altas horas da noite, para tentar buscar um melhor encaminhamento que atenda, pelo menos na sua plenitude, a maioria dos nossos servidores estaduais.

Gostaria, deputado Darci de Matos, que ficasse registrado nos anais desta Casa, o empenho do governo e dos senhores deputados, no sentido de buscar o melhor encaminhamento para esse impasse,

que se dará através do diálogo, do debate, de levar ao governo as reivindicações das categorias e trazer o retorno, alguns positivos; outros, negativos, mas em tudo isso que estamos falando, temos um marco regulatório, que é o Tesouro do Estado. Ou seja, não adianta concedermos, neste Parlamento, inúmeros benefícios, aumentos salariais para as diversas categorias, sem que o Tesouro tenha o suporte financeiro para arcar, por isso, antes que ocorra a aprovação desse projeto, quero, utilizando-me do horário do PMDB, fazer um agradecimento especial a todos os deputados, pelo alto nível de conversação que temos tido, juntamente com os servidores do estado das mais variadas áreas.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider!

Quero parabenizá-lo em nome da bancada do PSD pelo seu trabalho incansável, por suas ações diárias, pelo seu espírito de ponderação, de debate e de diálogo como líder do governo, com os sindicatos, com os parlamentares, fazendo essa interface no Parlamento entre os servidores e o governo do estado.

O senhor tem tido uma atuação diferenciada, sempre com o objetivo de procurar atender os pleitos dos servidores, mas dentro das possibilidades de arrecadação do estado. Não podemos tomar atitudes irresponsáveis.

E quero aproveitar para parabenizar o sr. governador, João Raimundo Colombo, que organizou o estado e que está transformando Santa Catarina em um canteiro de obras. E com esses projetos que estão tramitando, nesta Casa, que deverão ser aprovados na semana que vem, vai resgatar a dignidade dos servidores públicos de Santa Catarina.

Por isso, peço a compreensão dos servidores e dos sindicatos. Talvez esses projetos não sejam o ideal, tudo aquilo que os servidores sonham, mas estamos avançando em muito. O nosso governo em

dois anos e meio não pode resolver aquilo que não foi resolvido durante décadas, mas estamos avançando. E tenho certeza de que na gestão Raimundo Colombo iremos avançar muito. Esse é o nosso objetivo! Queremos dar dignidade e salário justo aos servidores, porque são eles que atendem o nosso povo, nossa gente de santa Catarina.

Parabéns deputado Aldo Schneider e ao governador Raimundo Colombo!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agrego suas palavras ao nosso pronunciamento e, na lógica de seu raciocínio, deputado Darci de Matos, gostaria de dizer que hoje já fizemos uma reunião muito cedo com os secretários que podem determinar até onde o Tesouro do Estado permite a possibilidade de atendimento ou não, mas a nossa conversa com todos os servidores tem sido muita transparente do que podemos ou não podemos.

E, evidentemente, que nós, na condição de deputados estaduais, temos a missão de ouvir os pleitos e tentar transformá-los em realidade. Logicamente, não existe governo exitoso se não houver servidor entusiasmados pelo que faz, até porque quem faz a diferença de qualquer governo são os senhores e senhoras servidores.

Então, quero aqui fazer esse registro e dizer que continuaremos o amplo debate até expirar os prazos regimentais, mas avançaremos muito até sua aprovação final.

Outro assunto que me traz a esta tribuna são as convenções do PMDB, realizadas nos últimos dias, 23 e 24 do mês passado, onde tivemos, praticamente nos 295 municípios, com pequenas exceções, chapas de consenso para escolher os nossos presidentes e as nossas presidentas de partido. E no vale do Itajaí, região que represento, não houve nenhuma dificuldade no que tange à eleição e preparação do partido para as próximas eleições, até porque tudo começa em casa e para que as coisas fluam e evoluam, temos que estar com os nossos partidos organizados.

Quero, ainda, parabenizar o nosso presidente do Diretório Estadual do PMDB, dr. Eduardo Pinho Moreira, vice-governador de Santa Catarina, bem

como toda a executiva do partido e o diretório, que criaram uma logística eficaz para atender todas as dúvidas que ao longo do período suscitavam os mais variados municípios.

Assim, quero aqui fazer uma menção toda especial ao nosso Diretório Estadual do PMDB, na pessoa do dr. Eduardo Pinho Moreira, pelo grande papel que o diretório está fazendo em favor da organização do PMDB naqueles municípios. Nós, no alto vale e do vale do Itajaí, tivemos todas as convenções revestidas de êxito na escolha dos presidentes e presidentas, nossos delegados e delegadas que estarão no próximo ano nos ajudando a definir o encaminhamento que o PMDB adotará nas eleições do ano que vem.

Mas, evidentemente, deputado Silvio Dreveck, não podemos falar em eleição em 2014 se não organizarmos as nossas casas. E aí, obviamente, o PMDB está fazendo a lição de casa, está organizado e, através dessa organização, haveremos de escolher o melhor caminho para Santa Catarina em primeiro lugar; e, em segundo lugar, para o PMDB.

Então, gostaria, desta tribuna, de cumprimentar e parabenizar todos os habitantes dos 296 municípios que irão se dedicar, nos próximos dois anos, de forma voluntária, na organização, na construção e, acima de tudo, na respeitabilidade do PMDB em todos os municípios de Santa Catarina, porque trata-se de cargos não remunerados. São cargos em que as pessoas praticam o voluntariado para atender uma instituição político-partidária. A democracia exige, e por isso estamos fazendo o nosso dever democrático, a organização do partido em todos os municípios, e esta minha fala amplia para todos os partidos existentes no Brasil. Logicamente, temos as nossas preferências partidárias, mas se nós não conseguirmos o êxito de harmonizar cada partido lá na ponta, não estaremos em condições legais para disputar as eleições, de vereador à presidente da República.

Então, o PMDB de Santa Catarina está de parabéns. Conseguimos praticamente homologar todas as chapas dos quase 296 municípios. E, logicamente, falamos de uma estrutura de grande

envergadura, porque o PMDB hoje perante a sociedade catarinense e brasileira, sem sombra de dúvida, na maioria dos municípios de Santa Catarina, é a maior agremiação político-partidária.

Os meus cumprimentos a todos esses abnegados presidentes e presidentas que têm a missão de organizar o nosso partido para que estejamos a postos, principalmente dentro da legalidade que apregoa o Tribunal Regional Eleitoral, para disputarmos às eleições em 2014.

Quero agradecer a gentileza da audição de cada um de todos srs. deputados e das sras. deputadas e dizer que o nosso partido está aí para neste momento, como o principal parceiro do governador Raimundo Colombo, buscar uma solução para o problema que estamos enfrentando neste momento, que é a questão do serviço público estadual.

Não tenho dúvidas de que quando as pessoas estão revestidas da boa vontade, despidas de espírito de agressão para buscar a solução, fica mais fácil atender a grande maioria dos servidores que percorrem a galeria desta Assembleia Legislativa e os corredores dos gabinetes, até porque há um propósito primeiro do governador e do vice-governador de que o nosso funcionário público de Santa Catarina seja bem atendido, seja respeitado. Logicamente, temos que reconhecer que uma ou outra classe não estão satisfeitas, neste momento, mas o diálogo continua para que busquemos, no transcorrer do tempo, a satisfação de todos.

Era isso, sr. presidente. Agradeço pela oportunidade e desejo boa-tarde a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merisio.

(Pausa)

O sr. deputado Gelson Merisio abdica de usar a tribuna.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente, na verdade o deputado Maurício Eskudlark, tem sido o maior tribuno do nosso partido, mas hoje ele me cedeu alguns minutos. Quero cumprimentar as sras. deputadas, os srs. deputados, e dizer da satisfação de poder acompanhar o governador Raimundo Colombo por algumas regiões de Santa Catarina na sua prestação de contas do chamado Pacto por Santa Catarina.

No dia de ontem, na SDR de Blumenau, no Teatro da Uniasselvi, com mais de 500 pessoas presentes, participamos de uma belíssima explanação sobre os investimentos feitos na região de Blumenau, para ser mais preciso, foram R\$ 255 milhões nos últimos três anos.

E quero parabenizar, em especial, a secretaria de Segurança Pública, na pessoa do secretário Cesar Augusto Grubba, pela entrega de 138 viaturas às polícias Militar e Civil, e também ao Corpo de Bombeiros, para cerca de 30 municípios da região do vale do Itajaí. É uma grande conquista, é claro que o sonho, o ideal, seria que essas viaturas viessem acompanhadas dos devidos policiais militares, civis e dos bombeiros, deputado Maurício Eskudlark, dos nossos servidores da área da segurança, mas a questão do efetivo será outro debate, pelo menos fica registrado em Santa Catarina que nenhum município terá viatura com mais de três anos de uso, e isto é positivo para a segurança catarinense.

Mais uma vez quero parabenizar os organizadores do 53º Jogos Abertos, na pessoa do Vadinho, blumenauense, pela realização dessa belíssima festa em Blumenau, e que contou com a conquista da delegação de Blumenau nos Jogos Abertos realizados na última semana. Parabéns à delegação blumenauense!

Sr. presidente, srs. deputados, tivemos a oportunidade ontem de estar presente no Conselho Estadual de Entorpecentes, como presidente da

comissão de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, e queremos mostrar detalhes do Programa Reviver.

Há muitos questionamentos feitos pela imprensa, pelas comunidades terapêuticas, mas finalmente está no ar, no site da Fapesc, da Fapeu, o termo de cooperação por adesão ao Programa Reviver, numa parceria da Fapesc - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Santa Catarina - com a Fapeu - Fundação de Amparo à Pesquisa -, da nossa Universidade Federal de Santa Catarina. E como presidente da nossa comissão de Prevenção e Combate às drogas, cabe-me a obrigação de trazer alguns detalhes e esclarecimentos à população catarinense, em especial à mídia, que nos tem cobrado explicações sobre o programa, como por exemplo, quem pode aderir ao programa e quais são as suas finalidades e princípios.

Eu inicio dizendo que o Programa Reviver trata de serviços de acolhimento que serão prestados pelo terceiro setor, por comunidades terapêuticas, naturalmente localizadas no estado de Santa Catarina, e que se destina a pessoas com dependência de substâncias psicoativas residentes em nosso estado que necessitam de afastamento temporário, por um período máximo de seis a nove meses, independente do credo, etnia, orientação sexual, após um processo de desintoxicação, requerido pela natureza da dependência, respeitada a tipificação do serviço de cada entidade.

Lembrando que a utilização desses serviços, de acolhimento em comunidades terapêuticas estão previstas na lei maior, na lei federal, a RDC n. 029, de junho de 2011, com caráter voluntário.

Tramita nesta Casa por parte do deputado Antônio Aguiar, um projeto de internação involuntária, que eu, deputado Jorge Teixeira, tenho sérias resistências, porque entendo que o estado não tem estrutura para esse tipo de acolhimento, e também é meu conceito que a vontade de querer, de superar as drogas faz parte do tratamento.

Por isso a nossa ênfase no tratamento de caráter voluntário.

Lembro também que no termo de adesão não poderá ser exigido qualquer tipo de contrapartida financeira. Quem aderir ao programa terá, por parte do governo, o patrocínio amplo e total dessa vaga, limitada a dez por comunidade terapêutica podendo chegar até mil vagas no estado de Santa Catarina.

Outro detalhe desse termo de adesão que precisa ser esclarecido à sociedade catarinense é que a entidade que aderir à cooperação para inovação tecnológica deverá cumprir não apenas as obrigações da RDC n. 29, como também ter o atestado do próprio Conen, numa discussão ampla que tivemos ontem com os conselheiros do Conselho Estadual de Entorpecentes. É claro esta entidade precisa estar disposta a participar da rede pública de socialização para o trabalho, para qualificação profissional, para o convívio social, inclusive da rede de saúde que é completada com o CAPs, com gabinetes de atendimento e garantir a essa pessoa acolhida o direito de assistência integral à saúde, à visitação dos familiares, conforme a rotina da instituição acolhedora.

Lembro também, e este é um detalhe importante, que as entidades que quiserem aderir a esse serviço basta apenas acessar os *sites* da Fapesc e da Fapeu, tendo que comprovar o período mínimo de doze meses de atuação, porque, infelizmente, em casos como esse surgem muitos picaretas que querem fazer da comunidade terapêutica um negócio e acabam criando uma comunidade terapêutica para receber esses subsídios do governo estadual. Então, foi colocado de forma muito clara e faz parte desse termo de adesão que a entidade terá que comprovar com seu CNPJ o funcionamento mínimo de doze meses de atuação, bem como a técnica correspondente ao objeto desse termo de adesão.

Temos, junto a esse termo de adesão, uma série de documentações que deverão ser preenchidas, lembrando que essas entidades exercerão essa cooperação durante o período de vigência, observando, como já disse, o limite de até dez vagas por unidade de acolhimento.

Lembro também que os valores que serão pagos pelo acolhimento realizado no mês será proporcional ao número de dias de permanência na entidade, isto é, se o interno chegou ali e ficou dez dias a entidade terá direito a dez dias de diária, numa proporção de cerca de R\$ 33,00 por dia, o que dará R\$ 1.000,00 por mês pelo acolhimento de uma pessoa adulta, maior de dezoito anos; e R\$ 1.500,00 por mês pelo acolhimento de crianças e adolescentes.

Por fim, lembro que a adesão da comunidade terapêutica vincula à entidade a participação integral no processo de avaliação que vai ser definido, bem como a capacitação dos profissionais e voluntários que atuam diretamente com pessoas dependentes de substância psicoativa e os cursos oferecidos pelo programa.

A ideia é que 60% desse recurso seja investido na folha de pagamento para o psicólogo, psiquiatra, médico, assistente social e monitor, e que os outros 40% seja para a manutenção da casa. Lembro que o programa em nível federal, lançado pela presidente Dilma Rousseff, *Crack*, é Possível Vencer, que está aí há cerca de seis meses, até hoje conseguiu liberar apenas 1.800 em todo Brasil.

Então, tenho dito e repito que estamos dando um passo gigantesco em Santa Catarina, até porque essas 140 comunidades terapêuticas oferecem hoje cerca de 3 mil vagas, e o governo do estado passa a financiar um terço delas, ou seja, mil vagas. É pouco diante da dimensão e da leitura que temos feito em nosso estado, mas é, sim, um passo gigantesco. Digo pouco, lembrando dos números que temos levantado em Santa Catarina em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Droga, e mais de 700 mil dependentes de álcool; 120 mil estudantes do 2º Grau que tiveram contato com drogas ilícitas no ano passado e, infelizmente 50 mil usuários de *crack*, a maioria jovens entre 18 e 24 anos em território catarinense.

Mas é uma oportunidade que se dá para que esse jovem, esse moço, essa moça saia das ruas e tenha um espaço acolhedor, de convívio de pares, de

disciplina, de terapia ocupacional, de espiritualidade, pois a fé é muito importante em todo esse processo de reabilitação.

Portanto, está à disposição de todas as comunidades terapêuticas do estado de Santa Catarina, basta acessar o *site* da Fapesc ou da Fapeu e *on-line* preencher os requisitos desse termo de cooperação por adesão ao programa Reviver, um projeto novo, inovador e revolucionário porque tem essa perspectiva de uma avanço tecnológico, com a parceria, inclusive, de mestrandos, de doutorandos, de pesquisadores que receberão bolsas de estudos de até 20 meses, numa perspectiva de R\$ 4.000,00 por mês para monitorarem essas comunidades terapêuticas, trabalhando, principalmente, no treinamento desses monitores, qualificando o atendimento à rede de atenção ao dependente químico no estado de Santa Catarina.

O dinheiro já foi depositado, está na conta da Fapesc e o termo de cooperação já está à disposição da sociedade catarinense e, em especial, a mais de uma centena de comunidades terapêuticas que estarão aptas e devidamente habilitadas a assinar esse termo de cooperação.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje refere-se ao trabalho da CPI da Telefonia Móvel em Santa Catarina e ao trabalho também dos colegas deputados, da colega deputada Ana Paula Lima, em que colhemos resultados benéficos para a população catarinense.

No dia de hoje, mais uma vez, a confirmação de que a empresa TIM, que foi a vencedora do último

lote, de que o governo federal vai investir na ampliação da cobertura desse sinal. Até julho de 2014, os nossos municípios, deputado Sandro Silva, terão a ampliação de 30%, além do que temos hoje; e até dezembro de 2014, teremos um avanço na cobertura de sinal de 60%, portanto, ficando pouco para 2015.

Em determinadas regiões, dependendo da celeridade com que se conseguir ultrapassar algumas legislações restritivas, infelizmente, em alguns municípios, existem, da legislação ambiental estadual no que diz respeito à incumbência da Fatma, certamente que a empresa terá a obrigação de cumprir essas metas, até porque, senão, pagará multa.

Para detalhar um pouco melhor, queremos dizer que tivemos a oportunidade, no decorrer desses 180 dias, de ter muitas informações que até então nós não tínhamos no que diz respeito ao cumprimento das leis que caberiam às empresas quanto à cobertura do sinal, dos investimentos programados, das leis restritivas municipais que também foram, infelizmente, relacionadas nessa relatoria. Assim também como tivemos a informação das questões ambientais estaduais, detalhando o que vai acontecer. E também não havia na legislação anterior, naquelas que foram concedidas, a obrigatoriedade de haver sinal em rodovias, sejam estaduais ou federais, nesse novo modelo, deputado Jorge Teixeira.

Por que vai contemplar a grande maioria das rodovias estaduais e federais? Não vou dizer que vão ser 100%, mas vai contemplar uma grande maioria porque esse novo leilão determina a área urbana, deputado Ciro Roza, que a empresa terá a obrigatoriedade de dar cobertura por mais 30km. Ou seja, se estamos lá na sede do município de Brusque e vamos até a divisa da área urbana, vamos estender por mais 30km. Isso quer dizer o quê? Que vai atender não somente a área rural, mas também vai atingir as rodovias e, conseqüentemente, muitos bairros que hoje, mesmo estando na área urbana, não estão sendo atendidos.

Então, eu não tenho dúvida de que através desse trabalho - e não que isso fosse uma condição para ampliar essa nova cobertura no caso de Santa Catarina, que a operadora TIM foi a vencedora desse último lote será praticamente a instalação de mais, aproximadamente, 500 mil antenas, e certamente que teremos muitas rodovias que serão atendidas por extensão dessa distância de 30km da área urbana extensiva à área rural.

A nossa região do planalto norte e do vale do Itajaí, onde a grande maioria dos municípios ainda não tem essa cobertura na área rural, não tem essa cobertura nas rodovias. E essa é a oportunidade que vamos ter de acompanhar essa execução no ano de 2014, bem como no ano de 2015.

Quando, anterior à nossa CPI, buscávamos uma informação a respeito de quando ia ser feito ou de quando teríamos essa oportunidade, as respostas sempre eram evasivas, que se previa até 2017, talvez, mas não eram respostas concretas. A partir de então temos agora a absoluta segurança de que as respostas são concretas, porque é um contrato assinado através de uma concessão por legislação, a não ser que algum impeditivo de ordem de restrições ambientais ou estadual. E eu quero crer que não vamos ter porque esta Casa vai se empenhar para dar celeridade a essa alteração na questão da lei ambiental estadual, facilitando a vida do nosso usuário catarinense, aquele que usa o telefone móvel, porque, na verdade, o telefone hoje não é um equipamento de luxo.

Para concluir, quero dizer que, na verdade, não vai fazer com que o nosso usuário tenha que ficar à mercê desse equipamento que hoje não é um luxo. Como eu disse, é uma ferramenta de trabalho porque, além do som e da voz, há mensagem, internet e certamente que isso é bom para todos nós.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer

contrário aos Projetos de Lei n.s: 0173/2010 e 0208/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0020/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0076/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0277/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0307/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0341/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0361/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0375/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0392/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Nós temos aqui srs. deputados e sras. deputadas, vários projetos de Redação Final já aprovados em dois turnos nesta Casa. Vou fazer a leitura coletiva e no final as submeteremos à votação.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s. 0403/2013, 0409/2013, 0410/2013, 0413/2013, 0424/2013, 0425/2013, 0426/2013, 0430/2013, 0431/2013, 0433/2013, 0435/2013, 0437/2013, 0458/2013, 0466/2013, 0467/2013, 0480/2013 e 0543/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2013, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que altera o art. 18 da Lei Complementar n. 367, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto, os que votarem "não", rejeitam-no.

A votação será nominal por processo eletrônico.

Está aberto o painel de votação.

(Procede-se à chamada nominal através do processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	

DEPUTADO SANDRO SILVA sim  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim  
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim  
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim  
DEPUTADO VALMIR COMIN  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.  
Temos 27 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção. Está aprovado em segundo turno o Projeto de Lei Complementar n. 0027/2013.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0371/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que institui o Dia Estadual do Sindicalista, a ser comemorado no dia 9 de setembro, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0436/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui o Dia Estadual do Servente Escolar.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0248/2012, de autoria do

deputado Silvio Dreveck, que proíbe a venda de rifas e afins por crianças e adolescentes, no âmbito do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Regime de prioridade através do RQS/1208/13.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0005/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e outro(s), que altera o inciso I do art. 14 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para estabelecer a participação majoritária da sociedade civil organizada nos Conselhos Estaduais de cunho social.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria, e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Conforme orientação da bancada da base, gostaria de lembrar aos srs. deputados que este projeto foi construído juntamente com a Casa Civil e com as lideranças, inclusive com v.exa.

Assim sendo, o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 27 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada em primeiro turno a PEC.

O Sr. Deputado Mauricio Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauricio Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença do meu amigo vereador José Juvenard, de São Miguel d'Oeste; e do Régis, um grande assessor e grande liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, quero desejar-lhes boas-vindas.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0006/2013, de origem governamental, que altera o art. 23 da Constituição do estado de Santa Catarina.

(Teto remuneratório dos servidores públicos estaduais.)

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de solicitar a v.exa. a retirada desta proposta, até porque estamos construindo nesta Casa, juntamente com a Presidência e as lideranças, mais um artigo nesta PEC.

Então, solicito a v.exa. a retirada neste momento de votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Acolhendo o encaminhamento da liderança do governo, está retirada a PEC n. 0006/2013 da Ordem do Dia de hoje.

Srs. deputados e sras. deputadas, aproveitando o quorum, vamos encerrar esta sessão e convocar outra, extraordinária, às 16h18min para que possamos apreciar em segundo turno as matérias que já foram votadas em primeiro.

Está encerrada a presente sessão.